

STJ00098391

**Fernando da Costa Tourinho Filho**

# **PRÁTICA DE PROCESSO PENAL**

**35ª edição**

**2014**

**100** ANOS  
 **Saraiva**



Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César — São Paulo — SP  
 CEP 05413-909  
 PABX: (11) 3613 3000  
 SAC: 0800 011 7875  
 De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30  
[www.editorasaraiva.com.br/contato](http://www.editorasaraiva.com.br/contato)

**Diretor editorial** Luiz Roberto Curia  
**Gerente editorial** Thaís de Camargo Rodrigues  
**Assistente editorial** Sirlene Miranda de Sales  
**Produtora editorial** Clarissa Boraschi Maria  
**Preparação de originais** Ana Cristina Garcia  
 Maria Izabel Barreiros Bitencourt Bressan  
 Maria Lúcia de Oliveira Godoy

**Arte e diagramação** Jessica Siqueira  
**Revisão de provas** Ana Beatriz Fraga Moreira  
 Alzira Muniz  
 Célia Regina Souza de Araujo

**Serviços editoriais** Camila Artioli Loureiro  
 Elaine Cristina da Silva

**Capa** Fernando Eric Tourinho Ostlund  
**Produção gráfica** Matli Rampim  
**Impressão** Prol Editora Gráfica  
**Acabamento** Prol Editora Gráfica

ISBN 978-85-02-22353-0

Tourinho Filho, Fernando da Costa  
 Prática de processo penal / Fernando da Costa  
 Tourinho Filho. — 35. ed. — São Paulo : Saraiva,  
 2014.

1. Processo penal 2. Processo penal - Brasil I. Título.

CDU-343.1

Índice para catálogo sistemático:

1. Processo penal : Direito penal 343.1

**Data de fechamento da edição: 20-2-2014**

Dúvidas?

Acesse [www.editorasaraiva.com.br/direito](http://www.editorasaraiva.com.br/direito)

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva.

A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

103.866.035.001

964889

10009860

# ÍNDICE

## CAPÍTULO 1 DO INQUÉRITO POLICIAL

1. Razão de ser do inquérito .....	25
2. Inquéritos extrapoliciais. Funções da Polícia Civil.....	26
3. Fixação das atribuições da Polícia Civil.....	26
4. Finalidade do inquérito policial .....	27
5. Caracteres do inquérito policial .....	27
6. Diligências que podem ser determinadas no curso da investigação policial .....	28
7. Prazo para a conclusão do inquérito.....	34
8. Pode a autoridade policial arquivar autos do inquérito? .....	34
9. É indispensável o inquérito? .....	35
10. Qualificação direta ou indireta do indiciado.....	35
11. O relatório.....	35
12. A condução coercitiva do indiciado .....	36
13. Como se inicia o inquérito policial? .....	36
14. Como saber se tal ou qual crime é de ação pública incondicionada ou condicionada ou de ação privada? .....	37
15. Como se inicia o inquérito policial nos crimes de ação pública incondicionada? .....	41
16. Modelo de portaria. Observações.....	42
17. Modelo de requisição do Promotor de Justiça. Observações.....	45
18. Modelo de requisição do Juiz. Observações .....	45
19. Modelo de requerimento da vítima. Observações.....	48
20. Modelo de representação (reduzida a termo). Observações...	53
21. Modelo de representação feita por procuração. Modelo de procuração. Observações .....	55
22. Modelo de requerimento para instaurar inquérito em crime de ação privada. Modelo de procuração. Observações .....	57

## CAPÍTULO 2 DA PRISÃO EM FLAGRANTE

1. O auto de prisão em flagrante como peça inicial do inquérito. Modelo .....	65
---	----

2. Sentido da expressão “flagrante delito” .....	69
3. Fundamento atual .....	69
4. As modalidades de flagrante .....	72
5. Sujeito ativo e sujeito passivo da prisão em flagrante .....	74
6. A prisão em flagrante como ato administrativo.....	76
7. A prisão em flagrante nos crimes de ação pública condicio- nada à representação e nos crimes de ação privada.....	76
8. Como se lavra um auto de prisão em flagrante .....	76
9. Providências imediatas a serem tomadas após a lavratura do auto.....	78
10. Prazo para a conclusão do inquérito iniciado por auto de prisão em flagrante.....	82
11. O flagrante nos crimes permanentes e nos crimes habituais ...	83
12. Se depuser no auto apenas uma testemunha, será válida a peça coercitiva? .....	83
13. Observações sobre a prisão em flagrante.....	84
14. Flagrante preparado e flagrante esperado.....	89
15. Modelo de pedido de liberdade provisória.....	92

### CAPÍTULO 3

## DA JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA

1. Etimologia. Noções.....	94
2. Conceito .....	97
3. A função de julgar é exclusiva do Poder Judiciário? .....	97
4. Característicos.....	99
5. Princípios .....	100
6. Divisão da jurisdição.....	104
7. Competência.....	107
8. Delimitação do poder de julgar.....	108
9. Onde a causa penal deve ser julgada? .....	110
10. Prerrogativa de função .....	116
10.1. Supremo Tribunal Federal.....	117
10.2. Superior Tribunal de Justiça .....	119
10.3. Superior Tribunal Militar .....	122
10.4. Tribunal Superior Eleitoral .....	122
10.5. Tribunais Regionais Eleitorais.....	122
10.6. Tribunais Regionais Federais .....	124

10.7. Tribunais de Justiça.....	127
10.8. Nosso entendimento quanto à competência originária <i>ratione personae vel muneris</i> dos Tribunais de Justiça .....	134
10.9. Crime praticado fora do Estado onde o beneficiário de foro privativo exerce suas atividades .....	136
10.10. Competência originária mesmo cessada a função.....	137
10.11. Problemas especiais .....	149
11. Conexão e continência.....	151

## CAPÍTULO 4

### DA AÇÃO PENAL

1. Direito de ação.....	160
2. O processo.....	161
3. O processo, forma civilizada para a composição dos litígios ...	163
4. Ação penal: conceito .....	164
5. Classificação subjetiva da ação penal.....	164
6. Da ação penal pública incondicionada .....	165
7. Ação penal pública incondicionada: princípios .....	166
8. Da ação penal pública condicionada .....	170
9. Crimes contra a honra cometidos contra funcionário públi- co em razão da função .....	185
10. Requisição do Ministro da Justiça.....	189
11. Como se inicia a ação penal: mediante denúncia ou queixa...	192
12. As condições da ação: genéricas e específicas .....	194
13. Rejeição da denúncia ou queixa.....	199
14. Que providências podem ser tomadas quando o Juiz rejeita ou recebe a denúncia ou a queixa? .....	202
15. Pode o órgão do Ministério Público desistir da ação penal? ...	203
16. Como se instaura o processo.....	204
17. Quando o representante do Ministério Público recebe autos de inquérito, que providências pode tomar? .....	204
18. Que deve conter a denúncia? .....	204
19. Modelo de denúncia .....	207
20. Observações práticas sobre a atividade do representante do Ministério Público ao receber os autos do inquérito .....	208
21. Prazos para a denúncia .....	209
22. O despacho do Juiz recebendo a denúncia .....	210
23. Outras observações.....	213

24. Pedido de devolução dos autos à Polícia para novas diligências .....	215
25. Observações .....	216
26. Pode a autoridade policial deixar de realizá-la? .....	216
27. Pedido de arquivamento: modelo .....	217
28. Observações .....	217
29. Arguição de incompetência: modelo .....	222
30. Conflito de competência.....	223
31. Conflito de atribuições .....	230

## CAPÍTULO 5

### DA AÇÃO PENAL PRIVADA

1. Observações sobre a queixa .....	233
2. A decadência do direito de queixa.....	235
3. Procedimento do Juiz ao receber a queixa .....	238
4. A queixa nos crimes contra a honra. A perempção .....	241
5. O perdão .....	242
6. Caso a ofendida complete 18 anos e não exerça o direito de queixa, ao atingir os 19 pode seu representante legal, que soube tardiamente quem foi o autor do crime, oferecer queixa? .....	242
7. As custas do processo.....	243
8. Modelo de queixa .....	244
9. Modelo de procuração .....	245

## CAPÍTULO 6

### DA RESPOSTA DO RÉU

1. É a resposta do réu obrigatória ou facultativa?.....	247
2. Exemplo de resposta do réu .....	248
3. Observações sobre a resposta do réu.....	249

## CAPÍTULO 7

### DO ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO

1. O assistente de acusação .....	253
2. Em que casos pode habilitar-se a vítima como assistente? .....	253
3. A função do assistente .....	254
4. Ouvida do Ministério Público .....	255

5. Cabe recurso do despacho do Juiz que admite o assistente?	
E se não o admitir? .....	255
6. Atividade do assistente .....	256
7. Em que hipóteses pode recorrer?.....	256
8. Prazo para a interposição de recurso pelo assistente .....	259
9. Pode o Poder Público intervir como assistente?.....	261
10. A intimação da sentença .....	262
11. Modelos de pedido de habilitação de assistente.....	262
12. Modelo de procuração .....	263
13. Modelo de mandado de segurança para a hipótese de o Juiz indeferir o pedido de habilitação do assistente.....	264

## CAPÍTULO 8

### DO INCIDENTE DE INSANIDADE MENTAL DO ACUSADO

1. O fato típico .....	267
2. A antijuridicidade .....	268
3. A culpabilidade .....	269
4. A imputabilidade .....	270
5. A importância do exame de sanidade .....	270
6. Critérios para aferir a inimputabilidade .....	271
7. Os menores de 18 anos .....	272
8. Os doentes mentais .....	272
9. A embriaguez .....	273
10. A fusão dos elementos etiológico e psicológico .....	275
11. Como se comprova a inimputabilidade? .....	275
12. Oportunidade para o exame de insanidade mental .....	277
13. Legitimidade .....	278
14. Procedimento .....	278
15. Formulação dos quesitos .....	280
16. A doença mental antes e depois da prática da infração.....	281
17. Fica o Juiz vinculado à perícia? .....	282

## CAPÍTULO 9

### DA PROVA

1. Considerações sobre a prova.....	284
2. Do interrogatório .....	300

3. Ofendido e testemunhas .....	307
4. Do reconhecimento de pessoas e coisas.....	323
5. Da busca e apreensão .....	328

## CAPÍTULO 10

### DAS FORMAS PROCEDIMENTAIS

1. Conceito de procedimento .....	336
2. Processo e procedimento .....	336
3. As alterações introduzidas no Processo Penal .....	338
4. Formas procedimentais .....	341
5. Procedimento na hipótese de foro pela prerrogativa de função .	342
6. Procedimento na hipótese de foro sem prerrogativa de função: comum e especial .....	352
7. Procedimento comum ordinário.....	353
8. Procedimento comum sumário .....	356
9. Suspensão condicional do processo .....	358
10. Procedimento das infrações cuja pena máxima não ultrapasse dois anos. Infrações de menor potencial ofensivo. A transação ..	361
11. O procedimento sumariíssimo .....	373
12. Procedimento sumário para as infrações de menor potencial ofensivo que não puderem ser julgadas no Juizado nem se su- bordinarem ao procedimento sumariíssimo .....	374
13. Procedimentos especiais previstos no Código de Processo Pe- nal e em leis extravagantes.....	374
14. Crimes da competência do Júri. Procedimento .....	379
15. O Júri e suas linhas estruturais. A soberania dos <i>verdicta</i> .....	393
16. Antecedentes.....	394
17. A instituição do Júri no Brasil .....	395
18. Traço marcante do Júri brasileiro e demais caracteres .....	397
19. Organização e funcionamento do Júri .....	404
20. Questionário .....	419
21. Sentença condenatória. Sentença absolutória. Desclassifica- ção .....	435
22. Modelo de sentença absolutória. Observação .....	437
23. Modelo de sentença condenatória. Observação.....	438
24. Modelo de sentença em caso de desclassificação. Observações...	439



## CAPÍTULO 11

## OUTROS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS PREVISTOS NO CPP

1. Crimes de responsabilidade de funcionário público. Procedimento .....	443
2. Crimes contra a honra. Procedimento .....	447
3. Crimes contra a propriedade imaterial. Procedimento .....	452

## CAPÍTULO 12

## PROCEDIMENTOS ESPECIAIS PREVISTOS EM OUTRAS LEIS

1. Crimes falimentares .....	458
2. Formalidades previstas na Lei n. 11.101/2005 .....	459
3. Críticas e sugestões à nova Lei de Falências .....	462
4. Outras formalidades previstas na Lei de Falências. Procedimento .....	464
5. Crimes de imprensa .....	467
6. Crimes eleitorais. Procedimento .....	468
7. Entorpecentes. Procedimento .....	471
8. Crimes contra a fauna e a flora (Lei n. 9.605/98) .....	475
9. Crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores ..	476
10. Os crimes previstos no art. 14 da Lei n. 7.505/86, arts. 39 e 40 da Lei n. 8.313/91 e art. 10 da Lei n. 8.685/93 .....	477
11. Crimes de abuso de autoridade. Procedimento .....	477
12. Crimes contra a economia popular. Procedimento .....	479
13. Crimes da Lei das Licitações. Procedimento .....	482

## CAPÍTULO 13

## PROCEDIMENTO DAS CONTRAVENÇÕES

1. Preliminares .....	485
2. O procedimento das contravenções eleitorais .....	487

3. O procedimento dos processos por crimes cometidos por prefeitos municipais. Observação .....	488
---	-----

## CAPÍTULO 14

### DAS ALEGAÇÕES

1. Alegações finais: exemplo .....	493
2. Observações sobre as alegações finais, orais, ou debates, nos procedimentos ordinário, sumário e sumariíssimo .....	495

## CAPÍTULO 15

### DA PRISÃO, DAS MEDIDAS CAUTELARES E DA LIBERDADE PROVISÓRIA

1. Da prisão .....	498
2. Quando é necessária a prisão processual? .....	507
3. A prisão decorrente de pronúncia e de sentença penal condenatória recorrível .....	510
4. Da prisão preventiva .....	511
5. Da prisão temporária .....	518
6. Anotações sobre o flagrante .....	522
7. Da liberdade provisória .....	523
8. Da fiança. As hipóteses de inafiançabilidade .....	525
9. Limites da fiança .....	528
10. Autoridade competente para arbitrar o valor da fiança .....	529
11. Extinção .....	529
12. Fiança sem efeito e fiança inidônea .....	531
13. Reforço .....	532
14. Fiança sem objeto .....	532
15. Condenação .....	532
16. Execução .....	533
17. Observação .....	533

## CAPÍTULO 16

### DA SENTENÇA

1. Sentença absolutória: exemplo .....	534
2. Sentença condenatória: exemplo .....	535
3. Observações sobre a sentença .....	537

## CAPÍTULO 17

## DAS NULIDADES

1. Noções preliminares.....	555
2. Ato inexistente.....	555
3. Atos nulos e irregulares.....	556
4. A nulidade .....	557
5. Atos essenciais.....	557
6. Formalidades essenciais .....	559
7. A classificação dos atos e das formalidades.....	559
8. Incompetência, suspeição e suborno do Juiz.....	560
9. Ilegitimidade de parte.....	562
10. Relação dos atos estruturais.....	562
11. Nulidades absolutas e relativas no CPP .....	567
12. Momento para a arguição da nulidade.....	569
13. Poderá o Juiz, sem provocação, conhecer da nulidade? .....	569
14. Quem pode arguir a nulidade?.....	569
15. Modos de sanabilidade.....	570
16. Pode haver nulidade em inquérito? .....	570

## CAPÍTULO 18

## DOS RECURSOS

1. Conceito. Generalidades.....	573
2. Fundamento.....	575
3. Pressupostos lógico e fundamental .....	576
4. Classificação da sucumbência .....	577
5. Pressupostos recursais objetivos.....	582
6. Pressupostos recursais subjetivos .....	591
7. Juízo de admissibilidade, ou prelibação.....	592
8. Extinção anormal dos recursos.....	592
9. Classificação dos recursos. Recursos ordinário, extraordinário e especial .....	593
10. Recursos voluntários e necessários .....	594
11. Efeitos dos recursos .....	597
12. Unirrecorribilidade .....	600

## CAPÍTULO 19

### DO RECURSO EM SENTIDO ESTRITO

1. Exemplo de interposição .....	601
2. Exemplo de razões. Observação .....	602
3. Considerações .....	604
4. O recurso em sentido estrito .....	606
5. É taxativa a enumeração feita pelo art. 581?.....	607
6. Como pode ser feita a interposição do recurso em sentido estrito? .....	608
7. O recurso em sentido estrito sobe nos próprios autos ou em separado?.....	608
8. Prazo para razões e contrarrazões .....	609
9. Pode o Juiz retratar-se? .....	610
10. E se o Juiz retroceder, poderá a parte contrária recorrer? .....	611
11. A quem é endereçado o recurso em sentido estrito? .....	612
12. Quando o recurso em sentido estrito deve ser endereçado ao Tribunal de Justiça, Tribunal Regional Federal ou Tribunal Regional Eleitoral? .....	613
13. É o recurso em sentido estrito sempre endereçado ao Tribunal de Justiça? .....	613
14. As decisões que comportam recurso em sentido estrito .....	614
15. Modelo de interposição de recurso “por termo nos autos” (recurso interposto oralmente) .....	622
16. Efeitos.....	622
17. Recurso <i>secundum eventum litis</i> e recurso <i>pro et contra</i> .....	624

## CAPÍTULO 20

### DO RECURSO DE APELAÇÃO

1. Exemplo de interposição de recurso de apelo .....	625
2. Exemplo de razões. Observação .....	626
3. Exemplo de contrarrazões .....	628
4. Noções .....	636
5. Quais as decisões que comportam o recurso de apelação?.....	637
6. Comporta toda sentença absolutória ou condenatória o recurso de apelo? .....	639
7. Como se interpõe a apelação? .....	639
8. O prazo para a interposição da apelação e a sua contagem ....	639

9. Se o Juiz denegar o recurso de apelo, que providência poderá ser tomada? Prazo para as razões e contrarrazões.....	642
10. Quando da interposição de recurso nas razões ou contrarrazões podem ser juntados documentos? .....	643
11. Pode o apelante protestar pelo oferecimento das suas razões na Superior Instância?.....	643
12. A quem é endereçado o recurso de apelo?.....	646
13. Apelação plena e limitada.....	646
14. Prazo para a remessa dos autos à Superior Instância.....	647
15. Pressupostos próprios do recurso de apelo .....	648
16. Extinção anormal da apelação.....	649
17. Em qualquer apelação, funciona o juízo <i>ad quem</i> sempre como <i>judicium rescindens</i> e <i>judicium rescissorium</i> ? .....	652
18. A apelação sobe nos próprios autos? .....	656
19. O § 4º do art. 593.....	656
20. A apresentação de razões na Superior Instância somente é possível na apelação? .....	657
21. Apelação sumária e apelação ordinária .....	657
22. Efeitos do recurso de apelação .....	658
23. Tem a apelação do assistente efeito suspensivo? .....	658
24. A proibição da <i>reformatio in pejus</i> .....	658

## CAPÍTULO 21

### DO PROTESTO POR NOVO JÚRI

1. Abolição do protesto .....	667
-------------------------------	-----

## CAPÍTULO 22

### DOS EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE

1. Modelo de interposição com as respectivas razões. Observação.	670
2. Modelo de parecer da Procuradoria de Justiça .....	672
3. Considerações preliminares.....	672
4. Os embargos infringentes e de nulidade .....	674
5. Prazo para a sua interposição e respectivo procedimento.....	675
6. São os embargos infringentes e de nulidade oponíveis contra qualquer decisão não unânime de segunda instância? .....	677

7. A particularidade dos embargos infringentes na Justiça Militar .....	678
8. Para a interposição dos embargos deve o réu recolher-se à cadeia? .....	678
9. Os embargos no STF .....	679
10. Os embargos no STJ .....	681
11. Embargos de divergência .....	682

## CAPÍTULO 23

### DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

1. Modelo .....	685
2. Generalidades .....	686
3. Quando podem ser opostos .....	687
4. A quem são dirigidos .....	687
5. Procedimento .....	688
6. Cabe recurso do despacho do Relator que indefere liminarmente o requerimento? .....	688
7. Quem pode interpor os embargos? .....	689
8. Quem os julga? .....	689
9. Os embargos na inferior instância .....	689
10. Retratabilidade .....	690
11. Suspendem o prazo de outro eventual recurso? .....	690
12. Extensão dos embargos declaratórios .....	690

## CAPÍTULO 24

### DA CARTA TESTEMUNHÁVEL

1. Exemplo de interposição de carta testemunhável. Observação .....	693
2. Exemplo de razões .....	694
3. Exemplo de contrarrazões .....	696
4. Observações sobre a carta testemunhável .....	697
5. Se o recurso denegado for o extraordinário, caberá carta testemunhável? .....	697
6. O prazo para ser requerida a carta testemunhável .....	699
7. A obrigação do escrivão de fornecer recibo ao testemunhante .....	699
8. Tem a carta testemunhável efeito suspensivo? .....	700
9. Qual o procedimento da carta testemunhável na segunda instância? .....	700

10. Razões históricas da carta testemunhável .....	701
11. Como se conta o prazo .....	702

## CAPÍTULO 25

### DA CORREIÇÃO PARCIAL

1. Modelo .....	703
2. Exemplo de razões.....	704
3. Exemplo de contrarrazões .....	705
4. Generalidades .....	705
5. Cabimento.....	706
6. Admite-se a correição no processo civil? .....	707
7. Origem .....	707
8. Surgimento da correição no Estado de São Paulo .....	708
9. É inconstitucional? .....	708
10. É recurso?.....	709
11. Procedimento .....	710

## CAPÍTULO 26

### DO “HABEAS CORPUS”

1. Exemplo de impetração de <i>habeas corpus</i> perante o Juiz de Direito .....	714
2. Considerações sobre o <i>habeas corpus</i> .....	715
3. Se o <i>habeas corpus</i> não é um recurso, qual a sua natureza jurídica? .....	717
4. A doutrina brasileira do <i>habeas corpus</i> .....	719
4-A. Teoria brasileira do <i>habeas corpus</i> : exemplo .....	719
5. Pode o <i>habeas corpus</i> ser impetrado por qualquer pessoa? .....	722
6. Quando o Juiz, ao receber cópia do flagrante, relaxa a prisão, está concedendo <i>habeas corpus</i> de ofício? .....	723
7. Qual o órgão competente para conhecer do pedido de <i>habeas corpus</i> ? .....	724
8. A competência originária.....	724
9. A competência recursal.....	733
10. Se, impetrada a ordem de <i>habeas corpus</i> , o Tribunal denegá-la, que providência poderá ser tomada? .....	734
11. Podem os órgãos inferiores da Justiça Militar conhecer de pedidos de <i>habeas corpus</i> ?.....	735

12. Se o Tribunal Regional Eleitoral denegar a ordem de <i>habeas corpus</i> , que recurso será oponível? .....	736
13. Se o Tribunal de Justiça ou qualquer outro Tribunal (menos o Regional Eleitoral) denegar o recurso ordinário constitucional, que providência poderá ser tomada? .....	736
14. Alguns casos de <i>habeas corpus</i> .....	737
15. As informações a serem prestadas pela autoridade coatora ....	738
16. Exemplos de <i>habeas corpus</i> impetrados ao Tribunal de Justiça. ....	739
17. Observações sobre o <i>habeas corpus</i> .....	750
18. A sustentação oral do <i>habeas corpus</i> .....	750
19. Exemplo de <i>habeas corpus</i> impetrado ao STJ .....	750
20. Outras observações sobre o <i>habeas corpus</i> .....	752
21. Pode o pedido de <i>habeas corpus</i> ser reiterado? .....	752
22. Pode o <i>habeas corpus</i> beneficiar outras pessoas mesmo que não tenham impetrado a ordem? .....	753
23. E se o Tribunal conceder a ordem, poderá ser interposto recurso extraordinário? .....	753
24. Nas transgressões disciplinares cabe <i>habeas corpus</i> ? .....	754
25. E se o Presidente do Tribunal indeferir, liminarmente, a ordem de <i>habeas corpus</i> , que providência poderá ser tomada? ....	756
26. Pode ser impetrada ordem de <i>habeas corpus</i> contra ato do particular? .....	756
27. O <i>habeas corpus</i> preventivo e o liberatório .....	757
28. Finalidade do <i>habeas corpus</i> .....	760
29. Apresentação do paciente .....	761
30. Sanções .....	761
31. Pedido de informações .....	762
32. Intervenção do Ministério Público .....	762
33. Como pode ser impetrada a ordem? .....	763
34. Concessão .....	763
35. Não cabimento .....	764
36. O direito protegido pelo <i>habeas corpus</i> .....	765
37. Foi a palavra “iminência”, contida no corpo do art. 647 do CPP, abolida pela Constituição? .....	765
38. Liminar em <i>habeas corpus</i> .....	766

## CAPÍTULO 27

### DO RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL

1. Exemplo de interposição .....	769
2. Exemplo das razões .....	769



3. Os três tipos de recurso ordinário constitucional .....	772
4. O recurso criminal ordinário constitucional, na hipótese do art. 102, II, <i>b</i> , da Magna Carta.....	772
5. O recurso ordinário constitucional.....	775
6. Procedimento .....	776

## CAPÍTULO 28

### DA REVISÃO CRIMINAL

1. Exemplo de propositura de revisão criminal.....	778
2. Apresentada a petição, que providência deve ser tomada? .....	780
3. Generalidades .....	780
4. O erro judiciário e a coisa julgada.....	782
5. A revisão <i>pro societate</i> .....	784
6. A revisão criminal no Brasil .....	785
7. A natureza jurídica .....	787
8. Pressuposto primordial da revisão.....	789
9. Oportunidade .....	789
10. Legitimidade .....	790
11. Pode o Ministério Público requerer a revisão? .....	792
12. A revisão e a decisão do Júri .....	792
13. Competência.....	799
14. Os fundamentos do pedido .....	800
15. Extinção da punibilidade.....	802
16. Unificação de penas .....	803
17. Revisão para aumentar a pena.....	804
18. Pode o Tribunal conceder mais do que lhe foi pedido? .....	804
19. Precisa o condenado recolher-se à cadeia? .....	805
20. Conversão em diligência .....	805
21. As regras dos arts. 621 e 626 do CPP.....	806
22. Absolvição e revisão .....	806
23. Prazo.....	807
24. O pedido .....	807
25. Procedimento .....	808
26. Julgamento.....	809
27. Improcedência.....	810
28. Procedência .....	811
29. Consequências .....	811
30. Anulado o processo, poderá ser aumentada a pena? .....	812
31. Reiteração .....	815

32. Sentença estrangeira .....	815
33. A Justiça Eleitoral.....	816
34. Morte do condenado.....	816
35. A indenização.....	817

## CAPÍTULO 29

### DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO

1. Noções gerais .....	819
2. Recurso extraordinário: conceito .....	819
3. A denominação “extraordinário” .....	821
4. Outras funções do STF.....	822
5. Quando é cabível o recurso extraordinário? .....	822
6. Legitimidade .....	824
7. Procedimento .....	825
8. Denegação. Recurso oponível .....	829
9. Procedimento no juízo <i>ad quem</i> .....	830
10. Problemas especiais. O prequestionamento .....	830
11. Recurso extraordinário e recurso especial.....	832
12. Modelo .....	836
13. Súmulas do STF em matéria criminal .....	840

## CAPÍTULO 30

### DO RECURSO ESPECIAL

1. O recurso especial .....	852
2. Quando cabe.....	852
3. Finalidade.....	859
4. Procedimento .....	860
5. Denegação.....	862
6. Outras funções do STJ.....	863
7. Súmulas do STJ em matéria criminal.....	864
8. Súmulas do extinto TFR em matéria criminal.....	872
9. Modelos.....	873

## CAPÍTULO 31

### DOS AGRAVOS

1. Os agravos no processo penal.....	892
--------------------------------------	-----

2. Histórico.....	892
3. O agravo de instrumento no processo penal e o agravo nos autos .....	893
4. Modelos de agravo nos autos .....	895
5. O agravo em execução .....	906
6. Modelo de agravo em execução .....	907
7. O agravo regimental.....	911
8. Modelo de agravo regimental.....	912
9. O recurso inominado .....	913
10. Reclamação .....	914

<i>Bibliografia</i> .....	915
---------------------------	-----